

**Vozes de professores na revista O Ensino Primário: a participação nas conferências pedagógicas (1883-1884)<sup>1</sup>**

**Teachers' voices in O Ensino Primário magazine: participation in pedagogical conferences (1883-1884)<sup>1</sup>**

**Nailda Marinho da Costa<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

O artigo destaca questões em torno da participação do professorado primário nas Conferências Pedagógicas, organizadas em 1883 e 1884 pela Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, a partir do “diálogo” estabelecido pelo redator da revista *O Ensino Primário*, o professor Luiz Augusto dos Reis, com o redator da *Revista da Liga do Ensino*, o jurista Rui Barbosa. Para isso, tem como fonte privilegiada exemplares da revista *O Ensino Primário*. A revista, produzida, redigida e consagrada aos professores do magistério primário da Corte Imperial, se configura como órgão de divulgação e discussão acerca de assuntos a eles pertinentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revista da Liga do Ensino; Professores Primários; Rui Barbosa; revista O Ensino Primário; Conferências Pedagógicas

---

<sup>1</sup> O artigo é uma versão revista e modificada do texto intitulado “Vozes de professores” na revista *O Ensino Primário* (1884-1885), apresentado no VI Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2011.

<sup>2</sup> Professora Titular do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, atuando nos cursos de Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PNPD), Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB/UNIRIO), registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9348-9778>. Email: [nailda.costa@unirio.br](mailto:nailda.costa@unirio.br)

**ABSTRACT:**

This article detaches questions aroused out of the primary teachers' participation at the Pedagogical Conferences, organized in 1883 and 1884 by the Court's Primary and Secondary Instruction General Inspectorate concerning the "dialog" established by the editor of *O Ensino Primário* magazine, the teacher Luiz Augusto dos Reis, with the editor of *Revista da Liga do Ensino*, the jurist Rui Barbosa. For that, it has as a privileged source copies of the magazine *O Ensino Primário*. The magazine, produced, written and dedicated to teachers of the Imperial Court's primary teaching, is configured as an organ of propagation and discussion of matters pertinent to them.

**KEYWORDS:** Revista da Liga do Ensino; Primary Teachers; Rui Barbosa; O Ensino Primário magazine; Pedagogical Conferences

## Introdução

Considerando seus dispositivos tipográficos e dispositivos textuais (CHARTIER, 1996; 2003) no tempo e espaço de sua produção, a revista *O Ensino Primário* foi editada no Rio de Janeiro, município da Corte Imperial, pretendendo periodicidade mensal, o que não ocorreu. Para Roger Chartier, os dispositivos interagem tendo em vista o tipo de leitor ao qual o impresso se dirige, seja um livro, um jornal ou uma revista.

A revista *O Ensino Primário* foi um periódico criado em 1884, pelo professorado primário da Corte Imperial para discutir assuntos a ele pertinentes<sup>3</sup>. No exemplar nº 2, ano I, de 31 de maio, a tipologia documental é explicitada na primeira página ao demarcar a linha editorial “Revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários”. No *Expediente*, lê-se que a assinatura é anual e o seu valor; o endereço para correspondência, Rua da Carioca, nº 31, tipografia de Augusto dos Santos. Há evidências da publicação de 4 números desse periódico. Localizados no acervo da Biblioteca Nacional, exemplar consultado de 1884 ocupa as páginas de 17 a 32, indicando a existência de um nº 1. Na *Seção Noticiosa*, sob o título “Mais uma saudade”, referindo-se ao falecimento da “prestimosa colega D. Eudoxia Brazilia da Costa”, o redator lembra que no número passado “depusemos três saudades sobre as campas de duas distintas professoras e um distinto professor...”. Na *Seção Pedagógica*, encontra-se a publicação dos trabalhos (teses) de dois professores primários submetidos às Conferências Pedagógicas de 1883 e 1884, constando na última página a palavra “continua”, indicando a futura publicação de um nº3 (*O ENSINO PRIMÁRIO*, 31 de maio de 1884, p.17-32)<sup>4</sup>.

O exemplar de 15 de agosto de 1885, ano II, n. IV, ocupando as páginas 49 a 64, indica uma lacuna de paginação de nº 33 a 48, provavelmente pertinente ao exemplar de nº 3, do ano II. Nele observam-se algumas mudanças como a de endereço para a Rua do Hospício, nº 139<sup>5</sup>; a possibilidade ao leitor da Corte e das Províncias de escolher entre a assinatura anual ou semestral; a subtração da letra “O” do título. A primeira página estampa a frase “Abrir escolas é fechar prisões”, talvez em referência a Victor Hugo, falecido em maio de 1885<sup>6</sup>.

Afirma Heloisa Villela (2001, p. 101), pretender contribuir de alguma forma, para a revisão de uma historiografia da educação que “ao priorizar outras fontes, deslocou para as primeiras décadas do século XX qualquer referência a movimentos associativos por parte de docentes”. Para a autora, o ambiente na década de 1870, no Brasil Imperial, torna-se propício ao movimento associativo; um desses movimentos com papel decisivo na constituição de um espírito corporativo foi o aparecimento da imprensa pedagógica. Nesta perspectiva, a revista *O Ensino Primário* configura-se como uma fonte importante que sinaliza na direção de uma imprensa pedagógica atuante na década de 1880, produzida e difundida por professores que podem ter desempenhado “importante papel no trabalho coletivo de constituição dos docentes em corpo solidário, na tomada de consciência de seus próprios interesses enquanto grupo e na criação das primeiras associações profissionais” (VILLELA, 2001, p.108). Um periódico que surge num momento onde os ventos republicanos sopram com bastante intensidade.

<sup>3</sup> Nos primeiros anos da República, foi criado um outro periódico denominado Revista do Ensino Primário, professores de escolas públicas primárias do estado da Bahia, em 1892 (SANTANA, 2009).

<sup>4</sup> Optou-se por adotar a ortografia atualizada nas citações das fontes primárias citadas nesse artigo.

<sup>5</sup> Atual Rua Buenos Aires, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Victor Hugo (1802-1885) foi um escritor romântico da França no século XIX, é autor de obras clássicas como "Os Miseráveis" e o "Corcunda de Notre Dame". Entre suas frases encontra-se “Quem abre uma escola fecha uma prisão”. Disponível em [https://www.pensador.com/autor/victor\\_hugo/](https://www.pensador.com/autor/victor_hugo/) Acesso em 31 de maio de 2020.

Há na Corte Imperial, na segunda metade do século XIX, uma rede de sociabilidade formada por professores pertencentes a agremiações, associações, grupo de intelectuais que se destacaram pela edição e publicação de jornais, revistas, livros didáticos, entre eles os professores que se reuniram em torno da revista *O Ensino Primário* (SCHULLER, 2007; TEIXEIRA, 2010).

Classificada como imprensa pedagógica (VILLELA, 2001; SCHUELER, 2007; TEIXEIRA, 2010), o periódico contém matérias que possibilitam pesquisas sobre o processo de feminização do magistério; escolas e os métodos do ensino público do Rio de Janeiro; Escola Normal da Corte; Colégio Pedro II; os *Pareceres* de Rui Barbosa; a *Liga do Ensino*; concursos, formação e salários de professores e professoras; as conferências pedagógicas<sup>7</sup>.

Embora não conste dos dados tipográficos dos exemplares consultados para esse artigo, os estudos de Alessandra Frota Martinez de Schueler (2007) identificam como redator principal desse periódico o poeta, jornalista, professor Luiz Augusto Reis. Apoiando-se no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, organizado por Sacramento Blake (1902), Roberta Guimarães (2011) apresenta-o como Secretário da Comissão Executiva Permanente do Professorado, que viajou para a Europa e América do Norte para estudar Pedagogia; fundador da Associação Alpha Literária e da Sociedade de Beneficência e Instrução onde dirigiu um curso noturno gratuito; e membro correspondente da União Ibero-americana de Madrid e da Associação dos Professores de Lisboa.

### **A revista *O Ensino Primário* e a Revista da *Liga do Ensino***

Os professores associados à revista *O Ensino Primário* participaram das Conferências Pedagógicas discutindo e debatendo ideias sobre instrução e educação; ideias publicadas no periódico. O que interessa a esse estudo foi o “diálogo” estabelecido com a *Revista da Liga de Ensino*, em torno de questões envolvendo a participação do professorado primário nas 7ª e 8ª Conferências Pedagógicas realizadas, em 1883 e 1884, organizadas pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial.

A *Revista da Liga do Ensino* foi um período criado por iniciativa de Rui Barbosa com o objetivo de difundir suas ideias sobre educação como métodos pedagógicos modernos, associado a Rodolfo de Souza Dantas e mais um grupo de “homens notáveis”. O periódico de circulação mensal e nacional, com sistema de assinatura, foi editada pela Livraria Contemporânea de Faro e Lino, localizada na rua do Ouvidor, nº 74, no centro da cidade do Rio de Janeiro, tendo como redator principal o eminente jurista (VENANCIO FILHO, 2007; BASTOS, 2007).

A *Liga do Ensino* no Brasil<sup>8</sup> é criada em 22 de outubro de 1883 com os seguintes fins:

[...] estudar diversos ramos da instrução pública e promover a adaptação de ideias científicas, no tocante à organização, aos programas e os métodos de ensino. Serão instituídos desde logo: 1º Conferências públicas sobre pontos mais interessantes da moderna pedagogia para as quais convidarão especialmente os professores públicos e

<sup>7</sup> Os exemplares fazem parte do acervo de fontes consultado por Roberta Guimarães Teixeira em sua pesquisa de mestrado intitulada *Na Penna* da imprensa professores e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério”, orientada pela autora desse artigo. Para saber mais ver Teixeira, 2010; Guimarães, 2011.

<sup>8</sup> A *Liga do Ensino* tem origem na Bélgica, em 1854, tendo vínculo com associações maçônicas, “pela defesa da descristianização da escola pela crescente influência jesuítica” (BASTOS, 2007, p.227).

particulares. 2º Uma revista consagrada exclusivamente à discussão das questões de instrução pública. 3º Comissões de estudo acerca do sistema dos estabelecimentos de instrução e suas necessidades. 4º Quando os recursos da sociedade o permitirem, criar-se-á uma escola modelo, onde a Instrução Primária seja praticada com todos os aperfeiçoamentos e se possam apreciar as vantagens do ensino leigo (REVISTA DA LIGA DO ENSINO. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1884 apud BASTOS, 2007, p.248)<sup>9</sup>.

Conforme Bastos (2007, p.227-8), “Rui Barbosa, inconformado com o flagrante *enterro* da sua *Reforma*, continuou a promover a causa da instrução pública e de procurar a implementação de alguns itens do projeto”, criando a *Liga do Ensino* como forma de divulgar suas ideias. A diretoria da Liga foi composta por Rui Barbosa (Presidente), Hilário de Gouveia (vice-presidente), Balduino Coelho (primeiro secretário), J.P. Silva da Silva Maia (segundo secretário), Joaquim A. Fernandes Pinheiro (tesoureiro) e mais 50 sócios fundadores entendidos como “homens de boa vontade, pacíficos revolucionários, que tomam aos ombros os encargos que os governos reputam pesados demais, [que] serão provavelmente a fonte de grandes bens para o país” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1883 apud BASTOS, 2007, p.229); e de delegados representantes nas províncias do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Conhecido como jurista, político e jornalista, no dizer de Homero Senna (1994, p.35), os estudos sobre a atuação de Rui Barbosa no campo da educação envolvem principalmente, seus *Pareceres*. Alguns autores como Maria Cristina Gomes Machado (2002) e Maria Cristina Gomes Venancio Filho (2007), indicam que ele só se ocupou da educação de 1881 a 1884, motivado pelos ventos que sopravam em direção a modernização do país. O presidente da Liga do Ensino, por entender ser necessária a divulgação do método intuitivo no Brasil, traduziu e adaptou, em 1881, a obra didática “Primeiras Lições de Coisas” de Norman Allyson Calkins, “método discutido e propagado em seus *Pareceres*”. A tradução só foi publicada em 1886 (BONATO, COELHO, MENEZES, 2011, p.284).

Ao fim e ao cabo a *Revista da Liga do Ensino* só teve quatro números, sendo o primeiro datado de 31 de janeiro de 1884 e o último datado de junho/julho de 1884. Contendo em torno de trinta páginas cada exemplar, como os da revista *O Ensino Primário*, teve numeração de paginação sequencial. Aponta Bastos (2007, p.243) uma série de possíveis fatos para a paralisação da publicação do periódico. Tendo como referência uma carta de Rodolfo Dantas, datada de 26 de abril de 1884, enviada a Rui Barbosa, pode estar relacionada à suspensão de um “tal professor”. Em parte da missiva Dantas se expressa “[...] Para nós dois sós, suponho que o melhor é não se falar mais, ou na crônica ou onde for, em conferencias pedagógicas e na suspensão do tal professor, etc. (DANTAS, 1973, p.107-108 apud BASTOS, 2007, p.243).<sup>10</sup> Dessa feita Dantas estaria se referindo a uma crônica do Secretário da Liga Balduino Coelho, publicada no periódico da associação, criticando o professorado primário; as 7ª e 8ª Conferências Pedagógicas de 1883-1884; o “boicote” do professorado primário a 8ª Conferência e, por fim, a suspensão do professor Gustavo José Alberto de suas funções do

<sup>9</sup> O exemplar nº 1 consultado da Revista da Liga do Ensino encontra-se anexo ao texto de Bastos (2007).

<sup>10</sup> Outro motivo apontado pela autora parece ter sido o fato de Rui Barbosa não ter sido reeleito para a Câmara dos Deputados, em dezembro de 1884, “o que o levou a interromper a maior parte de suas atividades não diretamente relacionadas com a prática da advocacia” (BASTOS, 2007, p.244).

magistério por parte da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, fatos que se lê na revista *O Ensino Primário*.

Guimarães (2011, p.122) fazendo referência às novas formas de ser professor na década de 1880, atrelados aos ditames do governo imperial, analisando uma e outra revista, pondera:

Não podemos afirmar que a primeira revista era editada em prol dos interesses dos professores públicos primários e nem que a segunda em prol dos interesses do Estado. O fato é que a primeira [*O Ensino Primário*] aparentemente criticou o cerceamento da liberdade dos professores e partiu na defesa daqueles.

### **As Conferências Pedagógicas**

No Estado Imperial brasileiro, a legislação educacional não perdeu de vista os professores. A Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte criada diretamente submetida ao Ministério do Império, a partir da promulgação do Decreto Legislativo nº 630, de 17 de fevereiro de 1851, permitiu ao Imperador D. Pedro II reformar o ensino primário e secundário do município da Corte. Pelo Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, que regulamentou a Reforma Couto Ferraz, o sistema educacional ficou sob a responsabilidade da Inspeção, sendo auxiliado por 21 “delegados literários” e por um corpo consultivo com a denominação de “Conselho Diretor de Instrução, para tratar de assuntos concernentes ao ensino” (ENSINO PRIMÁRIO, 1885, p.58).

O Conselho Diretor composto por dois professores públicos, pelo reitor do Imperial Colégio de Pedro II, e presidido pelo Inspetor Geral tinha competência determinada no Art. 11 do regulamento, estando entre elas “julgar as infrações disciplinares dos professores” (REGULAMENTO, 1854 apud SOUZA, 2008, p.36).

As Conferências Pedagógicas surgem no cenário brasileiro do século XIX, no bojo dessa Reforma “com a intenção de difundir as ideias novas para professores, bem como para o público interessado”, mas somente serão regulamentadas as “Instruções Especiais” para a realização das Conferências Pedagógicas na Corte, e em diversas províncias, pelo Decreto nº 1331-A de 3 de agosto de 1872, apresentadas “a um público ávido das novidades dos países adiantados” (ARANHA, 2006, p.231).

No ofício datado de 3 de agosto de 1872, enviado ao ministro do império pelo Inspetor Geral José Bento da Cunha Figueiredo, pode-se ler as *Instruções Especiais*. Em seu art. 1º dispõe:

Todos os professores públicos das escolas primárias do Município da Corte serão convocados com oito dias de antecedência, pelo Inspetor Geral de Instrução Pública para se reunirem nas férias da Páscoa e nas do mês de Dezembro, a fim de conferenciarem sobre todos os pontos que interessarem o regimento interno das escolas, métodos de ensino, sistema de recompensas e punições para os alunos, expondo as observações que hajam colhido de sua prática e das leituras das obras que tenham consultado (OFÍCIO, 1872)<sup>11</sup>

O documento acima propicia identificar a periodicidade instituída pela Inspeção Geral de realização das Conferências Pedagógicas nas férias de Páscoa e no mês de dezembro, portanto, duas vezes ao ano. O inciso 2º do artigo 4º dispõe que o Presidente da Conferência, no caso o Inspetor Geral, proporá aos professores que indiquem algumas teses que deverão ser discutidas, conforme rol de assuntos já estipulados, na próxima Conferência.

<sup>11</sup> Documento do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ.

Com duração de três dias, 18, 21 e 25 de janeiro de 1873, teve início a 1ª Conferência Pedagógica na Corte Imperial no município da Corte. Com a presença do Imperador Pedro II, presididas pelo Inspetor Geral e secretariadas pelo professor mais moço, nessa primeira edição contou com cerca de 25 professores apresentando trabalhos com temas sobre inovações do mundo moderno e o fracasso do método mútuo<sup>12</sup>, moral e higiene (BASTOS, 2003, 2005; ARANHA, 2006).

Afirma Aranha (2006) que foram organizadas nove Conferências Pedagógicas até 1886. Se em 1875 aconteceu a 3ª Conferência Pedagógica da Instrução Primária e Secundária da Corte e em 1876 a 4ª Conferência Pedagógica, conforme o ofício do Inspetor Geral; e lê-se na revista *O Ensino Primário* de 31 de maio de 1884 que as 7ª e 8ª Conferências Pedagógicas se realizaram em 1883 e 1884, respectivamente, isto significa dizer que a periodicidade proposta de realização das mesmas, no Município da Corte Imperial, não aconteceu.

As Conferências Pedagógicas: “[...] deveriam funcionar como um instrumento de modelação, controle, difusão de códigos e doutrinas norteadoras de práticas docentes (GONDRA, 2008, p.156). Configuravam-se como um dos pilares para elevar o Brasil à condição de nação moderna, tendo em vista os modelos importados dos países considerados civilizados. Visando “[...] instaurar uma “nova ordem” educacional, refletem a situação do ensino e o conflito de posições frente às chamadas “modernidades” pedagógicas (BASTOS, 2003, p.5).

Como espaço obrigatório de participação dos professores públicos primários, com ou sem apresentação de trabalhos, recebendo uma subvenção diária para assistirem às sessões, admitia-se a participação de professores particulares. A ausência às Conferências sem justificativa fazia com que o professor faltoso perdesse as gratificações então concedidas, conforme o disposto no artigo 28 do Regulamento de 1854, que as determinava àqueles que contassem mais de quinze anos e com distinção no ofício do magistério (BASTOS, 2003, p.2). É sobre questões publicadas na revista *O Ensino Primário* em torno da presença/ ausência dos professores nas 7ª e 8ª Conferências Pedagógicas que esse estudo caminha.

### **As críticas da revista *O Ensino Primário* às críticas da *Revista da Liga do Ensino***

O Editorial do exemplar da revista *O Ensino Primário*, datado de 31 de maio de 1884, pauta questões que giraram em torno das 7ª e 8ª Conferências Pedagógicas, realizadas nos anos de 1883 e 1884, na Corte Imperial, motivado por uma crônica crítica do secretário da Liga do Ensino Balduino Coelho<sup>13</sup> ao professorado do magistério público primário e artigo de Rui Barbosa publicado na *Revista da Liga do Ensino*.

De 18 a 20 de dezembro de 1883, realizou-se a 7ª Conferência Pedagógica dos Professores Primários do Município da Corte que contou com 465 palestras e 114 oradores (VEIGA, 2007). Após “Novas instruções”, de 11 de março de 1884, ocorre a 8ª Conferência, de 21 a 23 de abril do mesmo ano, com a participação de docentes da Escola Normal da Corte<sup>14</sup>,

<sup>12</sup>O método de ensino mútuo, também chamado de sistema monitorial ou método Lancaster, foi desenvolvido na Inglaterra no início do século XIX. Foi criado Andrew Bell (1753-1832) e Joseph Lancaster (1778-1832), em suas escolas destinadas a crianças pobres. Tinha como objetivo instruir o maior número de alunos com o menor gasto possível. A divisa de Lancaster era: “Um só mestre para mil alunos” (ARANHA, 2006, p.203).

<sup>13</sup> Conforme Bastos (2007), a *Revista da Liga do Ensino* a partir do segundo número, de 29 de fevereiro, passa a conter a seção “Crônica”.

<sup>14</sup>No município da Corte, o Decreto nº 6.379, de 30 de novembro de 1876, cria duas Escolas Normais, “estabelecendo em seu artigo primeiro que uma seria para os rapazes e outra para as moças, ambas objetivando a

delegados incumbidos da inspeção das escolas, membros do Conselho Diretor, totalizando 400 pessoas presentes. As sessões aconteceram no período da noite no Externato Imperial Colégio de Pedro II, com a presença do Imperador Pedro II, o Visconde de Bom Retiro, o Ministro do Império, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel (1836-1917), de acordo com Maria Helena Câmara Bastos (2003; 2007).

Cabia ao Inspetor Geral convocar e presidir a reunião e a síntese das mesmas, a prerrogativa de manutenção da ordem nos espaços das Conferências “podendo não só fazer sair da sala os que não se portarem convenientemente, mas suspender os trabalhos, quando não possa conter os indivíduos que de qualquer modo os perturbarem” (GONDRA, 2008, p.159).

Em seus estudos sobre esses eventos, Bastos (2007) identifica que de acordo com o Inspetor Geral Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho a frequência dos professores públicos primários a 8ª Conferência foi baixíssima, estando o dia de maior presença com 31 participantes, chegando uma sessão a ser suspensa por tumulto. Questões como críticas às autoridades; queixas de que não se tinha ligado aos trabalhos das anteriores conferências o valor que eles mereciam; a não publicação dos trabalhos apresentados foram suscitadas. Para a autora, o boicote dos professores ao evento pode ser explicado também pelo:

[...] o caráter eminentemente teórico das conferências, excluindo os trabalhos práticos, não despertasse o interesse dos professores. Os professores adjuntos<sup>15</sup> não estavam autorizados a acompanhar os *progressos do ensino*, os quais representavam um número significativo do corpo docente; fixação de horário para os trabalhos, sem atender as conveniências das pessoas que dele devem participar; o atraso ou não pagamento das indenizações devidas aos professores que participam das conferências (gastos de transporte, deslocamento, etc), seriam outros fatores que desmotivariam a participação dos professores” (BASTOS, 2003, p.3, grifo do original).

Mas explicações para a ausência dos professores às Conferências são também encontradas na revista *O Ensino Primário*. Na *Seção Editorial* do exemplar de 31 de maio de 1884, de subtítulo “A Revista da Liga do Ensino”, leem-se algumas considerações motivadas por um artigo na *crônica* do secretário da Liga do Ensino Balduino Coelho e um artigo de Rui Barbosa publicados no exemplar nº4, de 30 de abril de 1884 da revista da *associação* sobre o citado episódio. O redator da revista *O Ensino Primário*, começa o “diálogo” com o redator da revista da Liga de forma a contrapor as opiniões emitidas naquele periódico e a esclarecer ao “distinto cidadão” que “tomou para si a responsabilidade do que ali se escreveu” sobre o movimento do professorado: “Talvez devêssemos por à margem as opiniões exaradas na Revista acima, no que diz respeito ao magistério público primário”. Se dirigindo ao presidente

---

formação de professores destinados à instrução primária. A primeira, em regime de externato para o sexo masculino e a segunda, em regime de internato para o sexo feminino, o que denota a “atenção” para a formação das professoras, “protegidas” pelo regime de internato”. A organização, estrutura e funcionamento desse tipo de escolas foram debatidos nas 3ª e 4ª Conferências Pedagógicas. Essas escolas não se constituíram, mais por motivos econômicos do que necessariamente pedagógico, pois duas escolas dessa envergadura seriam caras aos cofres públicos. Passando a proposta original por modificações pelo Decreto nº 4.247, de 19 de abril de 1879, Reforma Leôncio de Carvalho, possibilitando ser mista a organização escolar, foi criada pelo Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880, “a primeira Escola Normal do Município da Corte para ambos os sexos” (BONATO, 2002, p.172-3).

<sup>15</sup> O artigo 35 da Reforma Couto Ferraz estipula a categoria de “professores adjuntos” formada por alunos maiores de 12 anos de idade das escolas públicas, selecionados em exames anuais com bom rendimento para o magistério (VASCONCELO; PERIOTTO, 2015).



da Liga do Ensino, o redator primeiro explica ser de conhecimento dos professores primários o “majestoso projeto” do jurista:

Primeiro que tudo declaramos à S. Ex. que à classe dos professores públicos primários não passou despercebido o seu majestoso projeto apresentado à câmara temporária de nosso país. Se nada se disse sobre ele, é porque entregou ela a questão aos seus ilustres amigos naturais os Srs. Deputados pelo município neutro, aos quais competia mais do que a ninguém discutir o projeto de S. Ex. e providenciar sobre o desenvolvimento e progresso da instrução, cujos interesses imediatos deviam diretamente zelar e defender como fieis mandatários de seus concidadãos na corte (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.17).

É possível depreender do excerto acima uma crítica à atuação dos deputados da Câmara no que diz respeito às questões da educação no país, ficando evidente que, ao mencionar o “majestoso projeto”<sup>16</sup>, o Editorial se refere à proposta de “Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública”, de Rui Barbosa, de 1882<sup>17</sup>. O jurista, nomeado em 8 de março de 1881 como membro relator do Conselho Superior de Instrução Pública<sup>18</sup>, ofereceu à Câmara dos Deputados, em setembro de 1882, seus *Pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior*, motivado pela Reforma do Ministro Leôncio de Carvalho de abril de 1879<sup>19</sup>.

O redator da revista O Ensino Primário lamenta Rui Barbosa não conhecer “as aptidões dos professores primários da Corte” como parece ficar evidente no “bem elaborado artigo” do jurista publicado na Revista Liga do Ensino, mas reconhece a sua contribuição via associação que preside, para a melhoria desse nível de ensino. O que lhe causa estranheza é o que disse o secretário da Liga do Ensino, Balduino Coelho. Dessa forma, passa a esclarecer os fatos sobre a ausência de professores primários à 8ª Conferência:

Querendo a Inspeção Geral de Instrução continuar a série de Conferências Pedagógicas, pediu e mandou pedir pelos seus delegados aos professores públicos que apresentassem trabalhos escritos; por isso que alguns se esquivavam de contribuir para tais conferências pelo princípio depressivo, da rolha, imposto pela primeira vez ao magistério (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.18).

<sup>16</sup> Tendo em vista a sapiência de Rui Barbosa, reconhecida por todos – veja a expressão majestoso projeto, a ele é creditada pelo imaginário popular certa prepotência. De acordo com Homero Senna (1994), correm a respeito do jurista “as histórias mais fantasiosas (...). Está neste caso a lenda de que, chegando exilado à Inglaterra, teria colocado na porta de casa uma placa com os dizeres – “Ensina-se inglês aos ingleses”. E aquela outra, de que, na Conferência de Haia, antes de responder a um aparte, indagara: “- Em que língua querem que eu fale?” (SENNA, 1994, p.9).

<sup>17</sup> Nos Pareceres sobre o ensino primário, Rui Barbosa estuda os seguintes temas: estatística e situação do ensino popular; a ação do Estado (Ministério da Instrução Pública); despesas com o ensino público, da obrigação escolar; da escola leiga; liberdade de ensino; métodos e programas escolares; organização pedagógica; jardins de infância; formação do professorado; Museu pedagógico; magistério primário; administração e inspeção; Conselho superior de instrução nacional; Conselhos diretores; construção de prédios escolares; fundo escolar; Conselhos escolares de paróquia; higiene escolar (BONATO; COELHO; MENEZES, 2008; 2011).

<sup>18</sup>Fonte: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

<sup>19</sup>Essa Reforma “...pregava a não fiscalização do governo nas questões do ensino, bem como a não obrigatoriedade de frequência e de credo religioso. Também conhecida como “A reforma do ensino livre”, a Reforma Leôncio de Carvalho buscava ir ao encontro do pensamento educacional vigente ao final da década de 1870, o qual, após a conquista da Lei do Ventre Livre (1871), exigia que se educasse para o exercício da liberdade” (BONATO, COELHO, MENEZES, 2008, p.2).

Citando um impresso explicativo distribuído pelos professores sobre os motivos que os levaram a não participar da Conferência de 1884, aponta o dedo para administração pública que, segundo o redator, pretendia que os professores "não descobrissem" seus segredos "ou não procurassem devassar as intenções sem dúvida hostis".

Nove professores primários submeteram trabalhos à Conferência anterior, trabalhos excluídos da publicação final. Balduino Coelho, "elevado à categoria de crítico pedagógico", em sua crônica dirige-se aos professores com "frases amargas para passar diploma de 'incapacidade profissional a classe inteira dos professores primários'" (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.18). Provavelmente as produções ainda inéditas foram fontes para a escrita do cronista da Liga, o que pode ser percebido pelo professorado devido a inúmeras citações feitas em seu texto:

As inúmeras e textuais citações do novo crítico, que pela primeira vez se metia em conferências de professores, puseram de sobreaviso o magistério público, que, fundado nas melhores razões, tornou-se convicto de que tais produções ainda inéditas lhe tinham passado pelas mãos, não podendo ser a isto estranho o Sr. Inspetor Geral (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.18).

Desconfiava-se que o Inspetor Geral tivesse proporcionado ao cronista da Liga de Ensino a leitura dos trabalhos não publicados. As novas instruções de 1884 definiam as atividades de cada sessão diária sendo que "[...] a primeira sessão seria destinada ao exame e crítica dos trabalhos apresentados na conferência anterior, que seriam "oportunamente publicados e distribuídos [...]" (GONDRA, 2008, p.157).

Como forma de protesto alguns professores preferiram não tomar parte da 8ª Conferência, mantendo-se em silêncio. Dos professores que apresentaram trabalhos à Conferência, apenas quatro falaram, sendo dois pela primeira vez. Para o redator, a postura do Inspetor Geral "afugentou os professores primários" da 8ª Conferência Pedagógica:

Se o Sr. inspetor geral não fosse colaborador com aquele senhor na Liga do Ensino, se S. S. no caráter de chefe defendesse os seus subordinados [os professores], como parece de seu dever, verberados pelo crítico amigo [Balduino Coelho], o professorado primário teria envidado esforços para corresponder à missão que desempenha na sociedade brasileira, e do que já tem dado inúmeras provas em conferencias transatas (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.19).

Prossegue o redator reafirmando que Rui Barbosa não conhece as aptidões dos professores primários da Corte, fundamentando nas próprias palavras do jurista escritas no seu artigo publicado, passando a citá-lo:

A Liga do ensino não tem nem pretende, competência nenhuma, para intervir nas relações disciplinares entre o magistério elementar e os seus chefes legais, *não conhece pessoalmente os mestres, não lhes compulsa a fé de ofício, nem os autos do processo, não ouve a acusação nem a defesa, não tem meios, pois, de qualificar a inocência ou culpabilidade do acusado, sua conformidade ou rebeldia às leis do respeito a que o magistério escolar, como sacerdócio, mais do que outra classe está rigorosamente obrigada para com os seus legítimos superiores* (RUI BARBOSA apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.19, grifo do original).

Nele, observamos que Rui Barbosa, entendia a função do *magistério escolar* como um *sacerdócio* e por isso a classe profissional dos professores estava *rigorosamente* obrigada aos

mandos de superiores, condenando a postura dos professores. Nas palavras de Rui Barbosa: “Ficou caracterizada por nós com desassomburada energia, a profunda ausência de idoneidade profissional que, neste país, e designadamente no município neutro assinala os mestres, esterilizando a escola” (RUI BARBOSA apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.19).

Palavras consideradas ofensivas ao magistério brasileiro e não apenas ao da Corte, mas também aos das Províncias, entre elas a da Bahia, de onde Rui Barbosa como Deputado é “representante e pela qual muito deve ter feito com os recursos de que dispõe”<sup>20</sup>. O redator questiona: “Quer S. Ex. que lhe digamos com franqueza o que esteriliza a escola?” E ele mesmo responde: “É... a política de nossa terra e o modo por que a fazem os mais eminentes cidadãos, que sufocam os estímulos e até tolgem a liberdade de pensamento dos mestres!” e não os mestres. Não era da associação nem de Rui Barbosa de que se queixava o professorado, mas sim das autoridades do ensino que consideravam ter ser aproveitado da Liga do Ensino empurrando-a para essas publicações, punindo “um honrado professor que pronunciou na imprensa de um país livre contra um dos escritores da Liga {Balduino Coelho} que deprimiu uma classe inteira de pacíficos funcionários públicos” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.19).

As palavras do secretário da Liga são consideradas também ofensivas à classe dos professores ao criticar as manifestações por eles realizadas “por meio de motinas nas folhas diárias e cartas anônimas, abatem o múnus do magistério, demonstrando absoluta ausência das qualidades morais que se requerem nos quais devem formar o caráter das gerações nascentes” (BALDUINO COELHO apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.19). Na crônica ao se referir a “motinas nas folhas diárias”, Balduino Coelho trata de um “papel” recebido à porta do edifício de realização das Conferências. Em resposta, o redator da revista O Ensino Primário afirma que nada “há de impróprio em uma folha, cujo fim deve ser elevar a instrução pública do país, procurando enobrecer o caráter do mestre!” Ainda, Balduino é contestado também por falar em “denúncias torpes”, “cartas anônimas” emitidas por parte dos professores, o que o próprio editor da revista irá considerar como “produtos de caracteres desprezíveis e repugnantes” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.20).

Outra fala do cronista, passível de contestação é reproduzida:

[...] procurou-se provar que o magistério primário contentara-se em mandar um professor hastear pensão de conciliação; mas que no ânimo de alguns dignos professores que se haviam preparado para a conferência ao receio de incorrerem nas iras dos desgostosos, sobrelevaram as altas inspirações do dever e da dignidade, frustrando-se a traça da abstenção (BALDUINO COELHO apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.20).

O redator da revista O Ensino Primário esclarece que o documento distribuído “foi impresso à custa dos mesquinhos ordenados de alguns professores primários e não pago por faustosa associação de bem aquinhoados cidadãos”, como insinuou o cronista (O ENSINO PRIMÁRIO, 31 de maio de 1884, p.20). Percebe na redação da revista O Ensino Primário a existência de um movimento organizado de professores, ou pelo menos em parte deles, sustentado pelos próprios recursos, sendo a criação da revista representativa desse movimento.

<sup>20</sup> Nas palavras de Homero Senna (1994): “Em maio de 1876 Rui Barbosa resolve deixar a Bahia e embarca para o Rio, a fim de tentar abrir caminho na vida” (Senna, 1994, p.35). Porém, em 1878, Rui Barbosa é eleito Deputado à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia e, em 1879, Deputado à Assembleia Geral Legislativa da Corte. Fonte: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acessado em 18 de fevereiro de 2011.

Crônica publicada no exemplar de 15 de agosto de 1885 descreve a situação de penúria do professorado público primário no ocaso da Corte Imperial:

Magnífico isto de ser professor público primário na corte do vasto e rico império do Brasil! [...]. A proporção que os anos decorrem, mais diminuem, pelas contingências da vida material no meio em que vegetamos desalentos, os nossos proventos. Estacionários, terrivelmente estacionários esses proventos, não obedecendo aos impulsos das necessidades que crescem, daqui a bem pouco o professor primário será um objeto digno de estudo ou de comiseração. De estudo, porque todos quererão saber (como já se começa a fazer) de que modo se arranjam esses servidores do Estado pra cumprirem a sua missão e se apresentarem na sociedade. De comiseração, porque não está longe a época em que os vejamos, a esses pobres párias do funcionalismo, pelas ruas da cidade com um chapéu impossível, a camisa de cor duvidosa e a sobrecasaca a rir-se pelos cotovelos (ENSINO PRIMÁRIO, 1885, p.59).

A revista identifica-se como “órgão de modestos funcionários públicos que não tem nas *grandes rodas* amigos graciosos que os tornem membros de *sábias academias!*...”, denotando também a existência de uma certa tensão entre o grupos de professores primários em torno da revista e os intelectuais das academias. Concluindo, o redator coloca a revista e os professores em torno dela como firmes e combatentes “iluminados pela lei do respeito que devemos a nós mesmos e pela força da verdade dos princípios que sustentamos” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, 20, grifos do original).

De acordo Bastos (2007, p.242), o professor Augusto Candido Xavier Cony, na apreciação dos trabalhos da 8ª Conferência Pedagógica, de abril de 1884, “faz referência ao fato dos professores estarem ressentidos pelo que havia sido publicado na Revista Liga do Ensino. O professor Cony considera significativas as palavras do professor Manoel José Pereira Frazão proferidas na 7ª Conferência em relação à forma como vêm acontecendo as conferências que não trazem nenhum resultado, servindo apenas para ferir o magistério primário. Entretanto, opondo-se ao pensamento de Frazão e de Rui Barbosa, o professor Cony destaca que “desde que nos compenetrámos de que em nossas escolas se ensina a ‘ignorância orgânica’ é por isso que empreendemos a regeneração do ensino, cumpre empregar todos os meios que nos aproximam do nosso escopo, acelerando a transição que os fatos impuseram” (CONY, 1884 apud BASTOS, 2007, p. 242).

Se o cronista da Liga referido era Balduino Coelho, o nome do “honrado professor” punido é encontrado na *Seção Noticiosa*, especificamente na subseção “O Professor Gustavo Alberto” do exemplar de 1884.

### ***O professor Gustavo Alberto: a reação e a punição***

Como forma de participação nas Conferências, de presença obrigatória, o professorado primário não era obrigado a apresentar trabalhos, bastava apenas assinar o ato de presença. O Regulamento definia, entre outros, “recompensas e punições” (GONDRA, 2008, p.156).

Ofício datado de 9 de fevereiro de 1884, enviado ao Ministro de Estado dos Negócios do Império, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel, pelo Inspetor de Instrução Publica Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, apresenta os nomes dos professores Januário dos Santos Sabino e Manoel José Pereira Frazão<sup>21</sup> como merecedores de condecoração por parte do

<sup>21</sup> Sobre Manoel José Pereira Frazão, ver Villela (2001), Bastos (2003), Schueler (2007).

Governo Imperial, conforme o Regulamento de 1872, por se destacarem pelos serviços prestados ao magistério e a participação com apresentação de trabalhos na 7ª Conferência Pedagógica realizada de 18 a 20 de dezembro de 1883 (OFÍCIO, 1884)<sup>22</sup>.

Um caso específico de punição a um professor revoltará o professorado primário. Na *Seção Noticiosa* da revista *O Ensino Primário* de maio de 1884, se tem notícia de uma carta desse professor publicada no nº 1 desse periódico, provavelmente o documento criticado pelo secretário da Liga do Ensino, o qual se pode ler em parte na nossa fonte, criticando a administração municipal e as Conferências Pedagógicas. Explica o redator:

Tendo-se celebrado nesta corte as conferências pedagógicas e abstando-se o professorado público de tomar nelas parte, o Sr. Gustavo Alberto entendeu trazer a público as impressões que lhes tinham ficado gravadas no espírito, e assim o fez em artigo por si assinado e em linguagem própria à sua profissão (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, 24).

No documento, o professor opinava que a Inspeção Geral de Instrução não podia estar satisfeita com os resultados obtidos nas conferências face à “abstenção dos professores e da ausência das pessoas altamente colocadas que sempre as animaram com sua presença”. O professor ao concluir o documento acrescenta que devido ao ocorrido havia rumores de grandes perseguições, “mas que o professorado elevaria sua voz pedindo justiça, e Ela seria ouvida pelos poderes superiores” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.24). O professor denunciava, entre outras coisas, a não concessão aos professores de uma hora semanal para frequentarem o Museu Escola Nacional e sua biblioteca, um direito do professorado (BASTOS, 2007, p.243)<sup>23</sup>.

Rumores que se tornaram realidade, a Inspeção Geral de Instrução fez o professor em pauta a ela comparecer, por meio de um ofício datado do mesmo dia da publicação da carta, suspendendo-o de suas atividades no exercício do magistério, balizada pelo artigo nº 131 do Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854 da Reforma Couto Ferraz que estabelece: “Nos casos em que afetem gravemente a moral [...] o inspetor geral deverá suspender desde logo o professor culpado, [...] até a decisão do conselho, que será imediatamente convocado, levando-se tudo ao conhecimento do governo” (REGULAMENTO apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.25)

O Conselho Diretor confirmou a sentença proferida pela Inspeção impondo ao professor Gustavo José Alberto a pena mínima de um mês de suspensão do exercício do magistério. No “interrogatório”, proferido pelo Conselho Diretor sob a presidência do Inspetor Geral, o professor respondeu “que desejava que suas palavras fossem tomadas no sentido que soavam; que não teve em vista ofender a inspeção geral, antes colocar-se a seu lado na questão da abstenção dos professores e como prova apresentava os escritos anteriormente publicados” (ALBERTO apud O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.25).

Em reunião de 27 de abril de 1884, os professores e professoras saíram em defesa do professor Gustavo José Alberto com um abaixo-assinado contendo 60 assinaturas, documento publicado no exemplar de 31 de maio de 1884, nas páginas 25 e 26, estando também entre seus signatários os professores Augusto Candido Xavier Cony, Januário dos Santos Sabino, Januário

<sup>22</sup> Documento do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ. Embora naquele momento a mulher já fosse considerada a mais apta ao magistério, não podiam ser condecoradas, na forma da lei (BONATO, 2002). O aumento do número de mulheres no magistério primário será alvo de debate na revista *O Ensino Primário* fonte desse artigo.

<sup>23</sup>De acordo com Bastos (2007, p.243), “Os Estatutos de Associação Mantenedora do Museu Escolar, de 5 de outubro de 1883, destaca entre suas funções a organização de exposições permanentes, a manutenção de uma biblioteca e a realização de conferências públicas destinadas aos professores e demais interessados”.

dos Santos Sabino Junior e Luiz Augusto do Reis, o redator principal da revista *O Ensino Primário*. Os professores com o abaixo-assinado declaram aderir à defesa produzida na imprensa em favor da classe dos professores primários pelo professor Gustavo José Alberto<sup>24</sup>. Por todo o ocorrido, os jornais *Folha Nova* e *Gazeta da Tarde* saíram em defesa do magistério primário (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.26).

Nesse mesmo número é publicado que o Inspetor Geral Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho pediu exoneração do cargo, achando-se inteiramente ocupado por Sancho Pimentel, diretor da Escola Normal da Corte.

### **As Teses das Conferências na Seção Pedagógica da revista *O Ensino Primário***

Dois trabalhos são publicados na *Seção Pedagógica*, na subseção “Teses”, do exemplar nº 2 da revista *O Ensino Primário*. O professor Januário dos Santos Sabino dissertou sobre “lições de coisas” na 7ª Conferência Pedagógica:

Admitindo que a lição de coisas é o método mais apropriado para dar aos alunos da aula primária as noções científicas, pergunta-se: 1º Se é possível desde já tornar tal ensino obrigatório em nossas escolas. 2º Sobre que classes de objetos deverão de preferência versar semelhantes lições, e qual o modelo a seguir. 3º Se as lições de coisas devem constituir ramo independente do programa das escolas (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.27).

Estabelecendo a diferença entre novo método com os antigos métodos - que para ele faziam preceder o conhecimento da palavra ao objeto que ela significava, confiando na memória e sons em vez de gravar na inteligência ideias, o método intuitivo<sup>25</sup>:

[...] começa por colocar sob olhos da criança o objeto que faz o assunto da lição ou, na fala deste, a imagem que o representa, e fazendo-lhe notar a sua cor, forma, uso, procedência e propriedades, por meio de questões habilmente formuladas, em que deixa livre campo às faculdades inventivas da criança, desperta-lhe a observação, desenvolve-lhe a reflexão e exercita-lhe a inteligência (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.28).

Se o ensino intuitivo apresenta vantagens, apresenta também inconvenientes que na visão do professor podem ser solucionados. Para ele, nem sempre o professor tem à mão objeto necessário de significado da palavra, material escolar, mobília, quadro de leitura, mapas do Brasil, quadro de medida do sistema métrico adequados; ou faltava-lhe a intuição, sem a qual nenhuma ideia se forma na inteligência da criança. Dessa maneira, segundo o professor, as escolas não possuem condições adequadas à aplicação do ensino intuitivo, chamando à responsabilidade a administração escolar da Corte no sentido de propiciar as condições para a

<sup>24</sup> Conforme Guimarães (2011), com base no dicionário de Blake (1902), o professor Gustavo José Alberto era natural da Bahia e cavalheiro da Ordem da Rosa. Publicou palestra intitulada “Escolas auxiliares”, proferida na escola da Glória, Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1881. A Imperial Ordem da Rosa foi criada, em 1829, pelo Imperador Pedro I para perpetuar a memória de suas segundas núpcias com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt. Disponível em <https://www.monarquia.org.br/condecoracoes.html>. Acesso em 30 de maio de 2020.

<sup>25</sup> Depois do fracasso no Brasil do método monitorial lancasteriano na primeira metade do século XIX, a discussão pedagógica se dá em torno do método intuitivo e lições de coisas. “Essas ideias chegam a América Latina sobretudo pela divulgação do pensamento dos franceses Célestin Hippeau (1808-1883) e Ferdinand Buisson (1841-1932) (ARANHA, 2006, p.232).

aplicação das “lições de coisas” de forma exitosa. A criação do Museu Escolar surge como solução, a ele cabia fornecer os objetos, organizar programa, dessa maneira “metodizou-se”, enfim, o ensino intuitivo. Desta metodização nasceram as lições de coisas”. Entretanto, o Museu não atende as necessidades apontadas: “Ora, quem visitou ultimamente a exposição pedagógica não dirá que estes objetos constituem um museu escolar, pois nem um só indivíduo de qualquer dos reinos da natureza ali figura, nem mesmo em efígie” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.28).

Sua proposta seria montar museus pedagógicos em todas as escolas, o que sabe ser impossível, sinalizando duas possibilidades: (1) o primeiro sistema de ensino passa pelo uso da casa paterna e o jardim da escola; (2) o outro começa pelo próprio corpo da criança, depois aos “animais, vegetais, minerais e finalmente aos objetos produzidos pela arte e pela indústria”. Sobre o primeiro exemplifica em forma de perguntas: “como descrever uma casa sem falar nos elementos de sua construção, como pedra, madeira, cal, telhas, vidros; como falar na madeira e na pedra sem se referir aos vegetais e minerais? Como tratar da cal, da telha e do vidro sem explicar o modo e por que foram fabricados?” E assim prossegue de forma questionadora. O segundo sistema implica no conhecimento das primeiras noções de história natural, “disciplina que só figura no programa do segundo grau<sup>26</sup>, quando em países em que mais floresce a instrução ela começa nos jardins da infância” como na Alemanha desde Pestalozzi e na França que, em 1882, “mandou aplicar as lições de coisas ao estudo dos elementos usuais de ciências físicas e naturais”. Concluindo sua exposição, o professor Januário, entende que “lições de coisas” não deve se constituir como um estudo independente no programa escolar e sim perpassar todos os ramos do ensino, todas as matérias, embora seja mais propícia ao “estudo das noções de ciências naturais, principalmente tratando-se de nossas escolas, em cujo programa não figura aquela disciplina” (O ENSINO PRIMÁRIO, 1884, p.28-30).

Rui Barbosa em seu *Pareceres* sobre o ensino primário, também se ocupou com “Lições de Coisas”, especificamente no Volume X, Tomo II, capítulo VII, ao tratar dos “Métodos e Programa Escolar”. O principal redator da *Revista da Liga do Ensino* defende “Lições de Coisas – Método Intuitivo” como princípio do ensino integral” (BONATO, COELHO, MENEZES, 2011, p.276). O professor Januário parece concordar em parte com o jurista Rui Barbosa que entendia “lições de coisas” como um método de estudo que “não se circunscreve a uma seção do programa; abrange o programa inteiro; [...] constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivamente no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias [...] adaptável e necessário a todas” (RUI BARBOSA, 1947, p. 214-5 apud BONATO, COELHO, MENEZES, 2008, p.6).

A segunda “tese” publicada nas páginas 30 a 32 do exemplar da revista *O Ensino Primário* 1884, do professor Luiz Augusto dos Reis, redator principal desse periódico, deveria ser discutida na 8ª Conferência. Tratando da “Influência que é chamada a escola pública a exercer sobre a educação dos alunos. Meios ao alcance do professor para formar o caráter dos discípulos”, por limitação de espaço desse artigo não será apresentada.

### Considerações finais

A partir das leituras bibliográficas e dos documentos consultados, é possível considerar que: (a) existia naquele momento de 1884-1885 um movimento organizado de professores e

---

<sup>26</sup> A Escola Normal formava professores para atuar nas escolas primárias de 1º e 2º graus. A atuação na escola primária de 1º grau se destinava a aluna/o que não concluisse o curso, porém com habilitação nas matérias de 1º e 2º anos; e para lecionar nas escolas primárias de 2º grau, os/as que concluíssem o curso (BONATO, 2002).

professoras congregados em torno da revista *O Ensino Primário*, ou pelo menos de parte deles; (b) um embate entre o professorado e a Inspeção Geral de Instrução Pública em torno do direcionamento que a Inspeção dava à participação do magistério primário nas conferências pedagógicas por ela instituídas e outros assuntos; (c) a revista *O Ensino Primário* se configurava como um periódico defensor da voz do professorado primário levando-a a refutar “opiniões indevidas”, como as veiculadas na *Revista da Liga do Ensino* em torno da participação dos professores nas Conferências Pedagógicas.

Por fim, é necessário conhecer mais os professores e professoras que se associaram à revista *O Ensino Primário* no contexto de sua criação e implementação, para assim entender melhor suas vozes.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda Aranha. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3ª ed. – rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública*. Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947, volume X. Tomos I e IV.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação como espetáculo. In STEPHANOU, Maria. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes. v.II: século XIX, 2005.

\_\_\_\_\_. Apresentação: a ‘Liga do Ensino no Brasil’ e a Revista ‘Liga do Ensino’ (1883-1884). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*. n.21, p.255-246, jan/abr 2007. Disponível em: <http://fac.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em 31 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. As conferências pedagógicas dos professores primários do município da Corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886?). In: *XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.471.pdf> . Acesso em 31 de março de 2020.

BONATO, Nailda Marinho da Costa, MENEZES, Janaina Specht da Silva, COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Educação integral, ‘ensino integral’ e tempo no pensamento de Rui Barbosa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.44, p.275-292, dez.2011.

\_\_\_\_\_. Educação [integral] no pensamento de Rui Barbosa. *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Realizado de 9 a 12 de novembro de 2008. Sergipe: CBHE, 2008.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In.



CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. pp.163-191 (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória).

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. *Reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império*. Disponível em: <http://www2camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 25 jul. 2008.

CHARTIER, Roger et al. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_. *Formas e sentidos*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas/SP: Mercado das Letras/ABL, 2003.

ENSINO Primário. 15 de agosto, 1885.

GONDRA, José Gonçalves. Escolarização e governo das multidões: reflexões acerca das formas da escola na Corte Imperial. In. BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza et. al. (orgs.). *Vozes da educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Rio de Janeiro: Faperj, 2008. p.146-164.

GUIMARÃES, Roberta. *Mulheres precursoras na educação: histórias de professoras e professores primários na capital do Império*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas – SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

O ENSINO Primário. 31 de maio, 1884.

OFÍCIO. 3 de agosto, 1872.

OFÍCIO. 9 de fevereiro, 1884.

SANTANA, Elizabete Conceição. A Voz dos professores baianos no início da República: a Revista do Ensino Primário (1892-1893). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 36, p. 70-82, dez.2009. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art06\\_36.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art06_36.pdf) . Acesso em 31 de maio de 2020.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (corte imperial, 1860-1889). *Revista de educação pública*. Cuiabá, v.16, nº32, p.131-144, set./dez.2007.

SENNA, Homero Senna. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *Educar, trabalhar, civilizar* no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis. (Dissertação de Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. *Na 'Penna' da imprensa professores e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério*. Rio de Janeiro: Unirio (Dissertação de Mestrado), 2010.

VASCONCELO, Mônica PERIOTTO, Marcília Rosa. Algumas considerações sobre o processo de modernização do século XIX no Brasil: a Reforma Couto Ferraz (1854). Universidade Estadual de Maringá 02 a 04 de dezembro de 2015. In: *Seminário Pesquisa do PPE*. Disponível em [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_03/80.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_03/80.pdf) Acesso em 31 de maio de 2020.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007. (Ática Universidade).

VENANCIO FILHO, Alberto. “O liberalismo nos Pareceres de Educação de Rui Barbosa. *Estudos Avançados*, v.21, n.61, São Paulo, set/dez. 2007. Capturado em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014200700030001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014200700030001&script=sci_arttext). Acesso em 18 de fevereiro de 2011

VILLELA, Heloisa. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In. GONDRA, José (org.). *Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p.97-108. (Coleção Estudos CDAPH).

Recebido em: 15/06/2020  
Aprovado em: 25/06/2020